

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior  
Brasileiras – FORPROEX.

## **Seminário sobre as Áreas Temáticas da Extensão**

Coordenação Decanato de Extensão da UnB

Realizado no dia 19 de abril das 8h às 18h, na Sala do Conselho do Centro de Apoio ao  
Desenvolvimento Tecnológico- CDT/UnB.

Relatório Final

Brasília, abril de 2012

### **Sumário**

**1 – Objetivo**

**2 – Resultados Esperados**

**3 – Participantes do Seminário**

**4 – Metodologia Adotada**

**4.1 - Aporte teórico da Complexidade vivenciado**

**5 - Resultados parciais obtidos**

**5.1 – À guisa de um diagnóstico inicial**

**5.2 - Primeiras evidências da análise diagnóstica feita:**

**5.3 - Conclusão consensual**

**5.3.1 - Na estrutura do Fórum**

**5.3.1.1. Propostas a serem discutidas**

**5.3.2 - Na organização e registro das ações de extensão na IES**

**5.3.3 – outros processos classificatórios deverão ser seguidos pelas IES**

**5.3.3. 1 - área do conhecimento**

**5.3.3. 2 - território**

**5.3.3. 3 - Grupos populacionais: movimentos sociais/segmentos organizados/setores produtivos/ segmentos geracionais**

### 5.3.3. 4 - Impensado: Temas/ problemas emergentes/ políticas públicas

## 6 – Deliberações

### Seminário sobre as Áreas Temáticas da Extensão

#### 1 - Objetivo

Decidir sobre a permanência ou não das as áreas temáticas da Extensão, quer como elemento de organização das ações de extensão, quer como estrutura de representação ligada à Presidência do FORPROEX. .

#### 2 - Resultados Esperados

Avaliar as áreas temáticas da Extensão, validar ou contestar seu uso como elemento de organização das ações de extensão, e como estrutura de representação ligada à Presidência do FORPROEX, coletar os subsídios para a definição da política e das diretrizes a serem adotadas nesse particular e propor uma estrutura organizacional para o Fórum.

#### 3 - Participantes do Seminário

- Cipriano Vasconcelos – FORPROEX e UFRN
- Cristiane Cordeiro Nascimento- UEL
- Dulce Tamara Silva Aquino - UFBA?- área temática Cultura
- Eliane Aparecida dos Santos - DEX/UnB
- José Felício Murade - UNITAU? - área temática Comunicação
- Maria Luiza Pinho Pereira- UnB
- Maria da Conceição Almeida Vasconcelos - UFPE?- área temática Trabalho
- Ormezinda Maria Ribeiro- CESPE/UnB
- Oviomar Flores – FORPROEX Região Centro-Oeste e UnB
- Renato Hilário - FE/UnB
- Rita Patta Rache- FURG?- área temática Educação
- Sergio Donizetti Zorzo - UFSCar – área temática Tecnologia e produção
- Juliana Cristina Ribeiro – Secretaria do FORPROEX

- Leila Chalub Martins – UnB - Relator

#### 4 - Metodologia adotada

O Seminário foi organizado no sentido de permitir que os participantes pudessem livremente trazer suas vivências com as áreas temáticas de extensão, quer no cotidiano do seu trabalho na IES, quer como responsável pela área temática na estrutura do FORPROEX. Mediante o risco de se tornar um momento pouco instigante, diante do caráter eminentemente técnico do seu propósito, optou-se pela discussão inicial mais conceitual sobre a emergência do pensamento do Sul, de acordo com Edgar Morin, e os desafios colocados por Paulo Freire à atuação da extensão universitária. Além disso, procurou-se criar outros modos de categorizar a realidade do trabalho acadêmico da extensão, como um desafio aos participantes, a propor outra estrutura de organização das ações de extensão.

A partir da discussão estabelecida, cada participante foi incentivado a mediar a palavra com os demais, trazendo suas críticas e propostas em relação às áreas temáticas. O registro de cada intervenção permitiu que aspectos polêmicos ou pouco amadurecidos nas vivências fossem reagrupados e retomados à discussão, até que se esgotassem os elementos disponíveis para sua análise.

Com o recurso de construção coletiva da realidade por meio de aproximações sucessivas, foi possível adensar a discussão e superar uma racionalidade emergente, marcada pela disjunção, redução e pela unidimensionalização.

Assim, o exercício de construção coletiva estabelecido pelo grupo e com o grupo permitiu tratar com a complexidade do real a partir de novos conceitos e instrumentos teóricos de distinção/conjunção/multidimensionalização que permite distinguir sem separar, associar sem identificar ou reduzir.

##### 4.1 - Aporte teórico da Complexidade vivenciado

Não se trata de abandonar, mas sim de integrar a lógica clássica, tendo simultaneamente em conta seus limites, escapando da “unidade abstrata do alto (holismo) e do baixo (reducionismo)”. Morin chama essas diretrizes metodológicas de macro-conceitos, salientando que “nas coisas mais importantes os conceitos não se definem pelas suas fronteiras, mas a partir de seu núcleo”. Esta é uma idéia anticartesiana, uma vez que não exige a distinção e a clareza como princípios da verdade.

O primeiro macro-conceito é o do **princípio dialógico**. Nele está subentendido que devemos, em nossas explicações, assumir e utilizar duas lógicas concorrentes, contraditórias até, e não apenas uma. Uma delas é a lógica da individualidade, dos sujeitos “que cuidam de si”, a lógica da desordem; a outra é a lógica da totalidade, da consciência que transcende o sujeito e tem a visão do todo, a lógica da ordem. Nas palavras de Morin:

O que disse, da ordem e da desordem, pode ser concebido em termos dialógicos. A ordem e a desordem são dois inimigos: uma suprime a outra, mas ao mesmo tempo, em certos casos, colaboram e produzem organização e complexidade. O princípio dialógico permite-nos manter a dualidade no seio da unidade. Associa dois termos ao mesmo tempo complementares e antagônicos.

O segundo princípio é o da **recursão organizacional**. Um processo recursivo “é um processo em que os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores daquilo que os produziu”. Morin utiliza como exemplo o caso da relação indivíduo e sociedade. A sociedade é resultado das interações humanas. Mas uma vez que há uma sociedade (que ela tenha sido produzida), ela mesma age sobre os elementos que a produziram (as pessoas, as instituições etc) e também os altera, alterando-se assim a ela mesma. Para Morin, se não houvesse uma sociedade e a sua cultura, uma linguagem, um saber adquirido, não seríamos indivíduos humanos. Esse princípio rompe com a idéia linear de causa à efeito, uma vez que o efeito retorna sobre a causa em um ciclo auto-organizador e produtor. Seria mais ideal a esquematização causa D efeito.

O terceiro e último princípio é o **holográfico ou hologramático**. Em um holograma, o menor ponto da imagem contém a informação da totalidade do objeto representado, sendo que “*Não apenas a parte está no todo, mas o todo está na parte*”. Dois exemplos servem para ilustrar o ponto: no mundo biológico, cada célula tem a informação genética de todo o indivíduo; no mundo material, todas as substâncias são obtidas por repetição de padrões. A água em um copo não é H<sub>2</sub>O, mas cada ínfima porção de água do copo contém H<sub>2</sub>O. A água do copo é uma repetição em que cada parte contém informação e é idêntica ao todo. O próprio vidro do copo se repete em cada uma de suas partes. Mesmo as formas da natureza são formas compostas por repetições do mesmo ‘padrão’, tal como a forma de uma árvore (Y), conforma mostra a ilustração ao lado.

Esses três princípios – dialógico, recursivo e holográfico – são três expressões da mesma idéia, que é o fundamento da complexidade. É a idéia de que a totalidade não é apenas justaposição de localidades separadas. A dialógica nos diz que nem a totalidade nem a localidade são preponderantes uma sobre a outra. Há um diálogo. Escolher apenas um dos focos é limitador. A recursão nos mostra que nos processos ocorrem retroações, onde partes, efeitos, conseqüências se voltam para o todo, alimentando suas próprias causas. O princípio holográfico sustenta que a essência do todo formal (árvore), material (moléculas) e informacional (DNA) está em cada uma de suas partes.

Morin lembra que para se tornar consciente, mais do que saber quais são as mudanças, é preciso se responsabilizar por elas e buscar alguma alternativa que supere não apenas os hábitos, mas a lógica com que olhamos a vida.

## 5 - Resultados parciais obtidos

Cumprido o primeiro momento do Seminário, composto da exposição inicial, das apresentações do grupo e de uma primeira rodada de discussão, a manhã foi fechada com a formulação pelo grupo das seguintes questões:

- Como obter funcionalidade nas áreas temáticas, considerando: exigências burocráticas; organização sistêmica dentro da IES; eficiência, eficácia e efetividade?
- Como provocar pela estrutura do Fórum, a intersetorialidade das políticas públicas?
- Como deve ser o desenho atual da Extensão Universitária considerando: a municipalização da UAB; a mudança de perfil e o substantivo crescimento dos estudantes das IES públicas; o dialogo com a pesquisa e com o ensino?

- Como institucionalizar ou fazer reconhecer a legitimidade acadêmica da pesquisa-ação?
- Como agir pela extensão no sentido da multiprofissionalidade e do fortalecimento da sociedade civil organizada?

### 5.1 – A guisa de um diagnóstico inicial

Diagnóstico da Situação Atual. Como funcionam as Áreas Temáticas da Extensão – ambientes externo e interno

<b>Ambiente Externo (FORPROEX)</b>		
<b>Pontuação</b>	<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<b>Ordem de importância</b>		
<b>4</b>	Corpo diretor representativo do Fórum ampliado com a presença dos Coordenadores das Áreas Temáticas	Alternância de situações de sobrecarga e de esvaziamento das funções dos coordenadores das áreas temáticas
<b>3</b>	Facilidade de inserção política do Fórum pelas áreas temáticas.	Descontinuidade das demandas provocadas pelas diferentes áreas temáticas
<b>2</b>	Inserção maior da extensão em políticas públicas nas diferentes áreas	Visão imediatista e reativa do funcionamento do FORPROEX
<b>1</b>	Existência da tradição do trabalho organizado por áreas temáticas na estrutura do Fórum	Políticas públicas desintegradas, dentro mesmo de cada Ministério
<b>Ambiente Interno (IES)</b>		
<b>Pontuação</b>	<b>Pontos Fortes</b>	<b>Pontos Fracos</b>
<b>4</b>	Áreas temáticas suficientemente abrangentes e simplificadas para a organização das ações de extensão	Desconhecimento pelas comunidades acadêmicas da natureza e da abrangência das áreas temáticas e da razão do seu uso.
<b>3</b>	Disposição de algumas IES (UnB) para retomar as linhas da extensão organizadas pelas áreas temáticas.	Distanciamento maior da pesquisa com o registro das ações de extensão pelas áreas temáticas
<b>2</b>	Registro e memória da Extensão feitos a partir das áreas temáticas.	Redundância de informação nos registros das ações de extensão da IES pela imperiosidade de reconhecimento também das áreas do conhecimento no modelo do CNPq
<b>1</b>	Emergência do desenho interdisciplinar nos projetos de	Organização das ações por áreas temáticas não favorece a interação

Extensão que extrapolam mas reforçam as áreas temáticas	entre as diferentes áreas e unidades acadêmicas.
---	--

## 5.2 - Primeiras evidências da análise diagnóstica feita:

5.2.1 - Parece ser mais funcional para a tomada de decisão, separar o enfoque da estrutura organizacional do Fórum e da organização interna das ações de extensão.

5.2.2 – É interessante propor um instituinte a ser experimentado nas duas instâncias:

- Focar as necessidades de gestão do Fórum
- Desenhar a base classificatória das ações de extensão em outros termos.

**5.3 - Conclusão consensual:** As áreas temáticas não dão conta do domínio interno das IES e nem da estrutura do Fórum.

Devem ser substituídas e a nova organização deve considerar:

### 5.3.1 - Na estrutura do Fórum:

Sua estrutura deverá ser matricial que, segundo, Picchiali[1] é multidimensional. Busca maximizar as virtudes e minimizar os defeitos das estruturas lineares. Para isso combina a clássica estrutura vertical funcional, com outra estrutura sobreposta a ela, horizontal ou transversal: a dos projetos ou de constituição de comissões específicas.

As unidades de trabalho são os projetos. Os órgãos permanentes (funcionais) atuam como prestadores de serviços nos projetos. A organização de cada projeto é temporária. Maior versatilidade e otimização dos recursos humanos.

Dentre as suas principais vantagens temos o equilíbrio dos objetivos, a coordenação entre os setores funcionais e a visão total do projeto através do coordenador (gerente do projeto).

Seu maior defeito é que o pessoal envolvido venha a ter dois chefes: verticalmente, tem as ordens de seu chefe de departamento funcional; horizontalmente, as ordens do coordenador ou gerentes do projeto. Em uma situação de conflito, os funcionários poderão encontrar-se em apuros.

Vantagens:

- - Forma efetiva para conseguir resultados em projetos ou problemas complexos.
  - Mais fortemente orientada para resultados.
  - Maior grau de especialização.

Desvantagens:

-

- Conflito linha/projeto (duplicidade de autoridade e comando)

### 5.3.1.1. Propostas a serem discutidas:

- - - Modelo matricial simples
    - Modelo matricial em hipertexto

Levando-se em conta a natureza da dinâmica e do funcionamento do FORPROEX, sua estrutura organizacional deverá avançar para a organização em hipertexto, como sugere Rossetti et.al. (2008)[2].

De acordo com ROSSETTI, Nonaka e Takeuchi (1997) apresentam a chamada *Organização em hipertexto*, cuja estrutura organizacional está voltada para a inovação. Permite explorar, compartilhar, acumular e criar conhecimento de maneira contínua, repetida e em um processo em espiral. A organização em hipertexto possui uma estrutura hierárquica formal (figura), que funciona em conjunto com uma estrutura não hierárquica e auto-organizada, constituída de níveis interconectados, nos contextos de sistemas de negócios, de equipe de projeto e de base de conhecimento. Os autores propõem o funcionamento da organização em hipertexto como um ciclo dinâmico que atravessa os três níveis básicos da gestão do conhecimento: (1) criação do conhecimento (equipe de projeto) a partir da direção da alta gerência; (2) recategorização e recontextualização do conhecimento criado (base do conhecimento); e (3) desenvolvimento de atividades operacionais (sistema de negócios).

Essa forma de negócios constitui a estrutura burocrática e corresponde ao nível central. Já a equipe de projeto (força-tarefa) encontra-se em um nível superior (pode haver várias equipes de projeto) e é voltada à criação do conhecimento. Essas pessoas são provenientes do sistema de negócios e, diferentemente da organização colateral, trabalham de forma contínua na equipe de projeto. A base do conhecimento, por sua vez, encontra-se em nível mais baixo e tem a finalidade de recategorizar e recontextualizar o conhecimento que é gerado nos outros dois contextos. Está incorporada à visão, à cultura e à tecnologia organizacionais. É aí que o conhecimento é armazenado e transformado em algo útil e significativo para a organização. A estrutura burocrática (sistema de negócios) utiliza-se da internalização e da combinação para implementar, explorar e acumular o conhecimento. Já a estrutura força-tarefa (equipe de projeto) faz uso da socialização e da externalização para a geração do novo conhecimento.

Apesar da crescente discussão sobre as novas estruturas organizacionais baseadas no conhecimento, cabe ressaltar que, para que uma organização se insira na economia do conhecimento, independentemente de sua estrutura é necessário que ela utilize adequadamente seus recursos intelectuais. Para Ostrom (1990), o capital intelectual é um dos ativos de conhecimento ou ativos intangíveis mais importantes numa organização, pois favorece a uma coletividade social a capacidade de aprender. Esse aprendizado, segundo o autor, envolve o conhecimento consciente, referente aos fatos e conceitos que podem ser estocados e recuperados da memória (conhecimento explícito individual); o conhecimento automático, referente às habilidades (conhecimento tácito individual); o conhecimento objetivo, aquele que é explicitado e que está disponível para a comunidade

*(conhecimento explícito social); e o conhecimento referente às rotinas organizacionais (conhecimento tácito social).*

A metáfora da teia de aranha sugerida na discussão parece compatível com a complexidade da organização em hipertexto.

### 5.3.2 - Na organização e registro das ações de extensão na IES

As áreas temáticas da extensão deverão ser substituídas pelas áreas do conhecimento propostas pelo sistema CAPES/ CNPq/SBPC

5.3.3 – Além de adotar a tabela de áreas do conhecimento, outros e indispensáveis processos classificatórios deverão ser seguidos pelas IES, na organização das ações de extensão. Sugere-se que estas estejam classificadas por:

1.
  1. área do conhecimento;
  2. território
  3. Grupos populacionais: movimentos sociais/segmentos organizados/setores produtivos/ segmentos geracionais
  4. Impensado:Temas/ problemas emergentes/ políticas públicas

#### 5.3.3.1 – Áreas do Conhecimento

- - - Ciências Exatas e da Terra
    - Ciências Biológicas
    - Engenharias
    - Ciências da Saúde
    - Ciências Agrárias
    - Ciências Sociais Aplicadas
    - Ciências Humanas
    - Lingüística, Letras e Artes
    - Interdisciplinares

Deste modo, a Extensão Universitária poderá, mais apropriadamente, acompanhar o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia do País. Uma tabela desta natureza, construída em base de uma sistematização de campos de pesquisa, poderá gerar indicadores representativos também para as ações de extensão.

#### 5.3.3.2 - Territórios

A discussão sobre a identificação dos territórios de atuação das IES, está em curso desde quando foi proposto o Programa Josué de Castro.

Naquele momento, procurou-se identificar junto aos Ministérios sistemas de divisão do território em uso nas políticas públicas.

Vários problemas foram encontrados na definição por um modelo de organização dos territórios, a começar pela evidente superposição, arbitrariedade e pouco significado para cada uma das IES atuante em seu domínio.

A discussão no Seminário levou a que se considerasse enfaticamente a municipalização conquistada pelos cursos da UAB. Foi lembrado que, até o momento, a extensão universitária não tem atuado junto aos estudantes dos cursos a distância.

Foi assumida como urgente e indispensável que a extensão seja o caminho do enraizamento dos sujeitos, sendo o segmento estudantil de cada IES seu ponto de partida para a definição do seu território sob o ponto de vista físico. Cabe à IES construir junto aos seus estudantes uma **identidade de moradia**, de compromisso político com o lugar de cada um.

Assim, acordou-se que: é a IES que define qual é seu território de atuação; essa definição é e será sempre mutável, de acordo com a dinâmica de cada IES; **um mecanismo eficiente que poderá facilitar essa identificação do estudante com o seu lugar é transformar sua matrícula no número do CPF**; há uma superposição desejável dos territórios, sob os aspectos físicos, culturais e simbólicos, o que deverá ser também levado em conta.

### 5.3.3.3 – Grupos populacionais

Foi lembrada a necessidade de se contemplar os complexos níveis de organização da sociedade hoje: sindicatos, partidos políticos, OSCIPs, ONGs populares. As perguntas a serem feitas são: quem é, onde se encontra, de que precisa **o sujeito coletivo**? O que é e como age um **grupo social**?

Teoricamente, propõe-se o conceito de **Homo Situs**

- - - - Contrapõe-se a *homo economicus* da sociedade liberal, que nos reduz a consumidor.
      - *Homo situs* é intérprete da situação. É o homem social, pensando e agindo em dada situação. Transmite o significado do momento, o da sua situação com todo o peso do passado e da mudança que se impõe.
      - Comunicando-se com o seu meio.
      - Enfatiza-se a autonomia responsável como sendo o centro da ética dos sítios quando não são atropelados por modelos de mudança instituídos de cima para baixo.

Propõe-se repensar conceitos de:

-

- - - Identidade cultural
    - Educação intercultural
    - Multiculturalismo
    - Visão “financeira” do outro, é coisificado e transformado no portador de uma suposta “riqueza cultural”
    - Pessoas reduzidas a mercadorias.
    - Substituir a pergunta quem é você? Por: de onde você vem? O que deixou lá? De que você precisa? Em que posso ajudar?....

#### **5.3.3.4 – Impensado**

Somos, na extensão também indutores de demandas. Devemos enfatizar a articulação e fortalecer a autonomia. Devemos mapear o que nos cabe junto a órgãos deliberativos e representativos (Conselhos Nacionais, e dentre eles o CNE).

#### **6- Deliberações**

O resultado do presente seminário deverá ser apresentado pelo FORPROEX na reunião do Fórum de Manaus. Servirá de base para a instalação da discussão a respeito das decisões a serem tomadas quanto às atuais áreas temáticas da extensão.

**Brasília 19 de abril de 2012.**

[http://dgi.unifesp.br/seplan/templates/docs/seplan-modelos\\_de\\_estruturas\\_organizacionais\\_material.pdf](http://dgi.unifesp.br/seplan/templates/docs/seplan-modelos_de_estruturas_organizacionais_material.pdf), Brasília, v. 37, n. 1, Apr. 2008 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652008000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652008000100006&lng=en&nrm=iso)>. access on 27 Apr. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652008000100006>.